



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	24421/2022
Data de início	21/12/2022
Folha	117
Rubrica	

Processo n. 24421/2022

Recurso ao Pregão Presencial n. 16/2022-SRP

À Comissão Permanente de Licitação,

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção ao parecer GPG n. 959/PGM/2022, às fls. 103-116, bem como ao indicado pela Comissão Permanente de Licitação, às fls. 100-102, informar e requerer o que segue.

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **A.S ESPÍNDOLA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA.**, em face da decisão que determinou sua inabilitação, nos autos do processo administrativo n. 14241/2021- edital do pregão presencial n. 16/2022, cujo objeto refere-se à contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em unidades escolares e administrativas da Secretaria de Educação.

Em síntese, a recorrente insurge contra a decisão que a inabilitou, por não haver comprovado o quantitativo exigido a título de qualificação técnica, sustentando haver exigências em excesso por parte da Administração Pública Municipal, pela exigência de engenheiro mecânico.

A Comissão Permanente de Licitação manifestou-se, às fls. 100-102, pelo conhecimento do recurso. No entanto, quanto ao mérito, remeteu os autos à d. Procuradoria Geral do Município, com posterior envio à Secretaria Requisitante, por tratar de questões que fugiam a sua competência.

A empresa **PERFIL X CONSTRUTORA S/A.** manifestou-se em contrarrazões, às fls. 43-58, em que sustenta a inobservância das normas editalícias por parte da recorrente, bem como a manutenção da decisão de desclassificação por respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A d. Procuradoria Geral do Município, por meio do parecer GPG n. 959/PGM/2022, às fls. 103-116, **manifestou-se no sentido de que competente à Autoridade Competente proferir a decisão, certificando-se de seus entendimentos, em prol do princípio da legalidade e do regular processamento do feito.**

É o breve relatório.

Insurge-se a recorrente contra a decisão que a inabilitou, em razão do descumprimento de normas editalícias, relativas à qualificação técnica (operacional e profissional) e qualificação financeira, argumentando que as exigências editalícias seriam exorbitantes.

Com efeito, é dever da Administração a exigência de documentos que comprovem a



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	24421/2022
Data de Início	21/12/2022
Folha	118
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira das empresas licitantes. Nesse sentido:

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que compatíveis com o objeto a ser licitado, não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados.

(Acórdão n. 891/2018, Rel. Min. José Mucio Monteiro, Plenário, j. 25.04.2018)

O edital de pregão presencial n. 016/2022 indicou na alínea "C", as exigências relativas à qualificação técnica. Percebe-se, pela análise das referidas disposições, que havia compatibilidade com entre as exigências editalícias e o objeto contratual, ou seja, não houve qualquer inobservância às normas legais e/ou jurisprudenciais relativas à matéria.

Nesse sentido, quanto ao suscitado pela recorrente, é importante ressaltar que todos os atos praticados seguiram de forma estrita as disposições editalícias e, desse modo, não há que se falar em qualquer inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto pelo art. 3º, da Lei n. 8.666/1993.

Em relação às **exigências de qualificação técnica** relativas ao subitem c.2.1.3, do edital, têm por escopo verificar a experiência pretérita, se o licitante interessado possui ou não as condições técnicas para executar a contento o objeto licitado, evitando que o Poder Público Municipal estabeleça relação contratual com empresa sem a qualificação técnica necessária.

C.2.1.3. A Licitante deverá comprovar ainda, por meio de atestados de capacidade técnica, que já executou serviços semelhantes ao objeto a ser contratado em caráter continuado em no mínimo 38 (trinta e oito) unidades escolares de forma concomitante, que representa 50% (cinquenta por cento) da quantidade de unidades escolares previstas na listagem pertinente a memória de cálculo, considerando um prazo de experiência no ramo objeto da licitação de 01 (um ano) consecutivos de execução. Tal exigência permite a Administração Pública na essência do objeto licitado, que em suma, tenha a segurança em que a contratada terá experiência para a perfeita execução dos serviços.

De acordo com o art. 30, § 1º, I, da Lei n. 8.666/1993, a comprovação de aptidão referida no caso das licitações pertinentes a obras e serviços será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

Nos termos enunciados pela Súmula n. 263, do Tribunal de Contas da União, *in fine*:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das empresas licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	24421/2022
Data de Início	21/12/2022
Folha	119
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

(Súmula n. 263, do Tribunal de Contas da União)

Conforme preceitua o E. Tribunal de Contas da União, para fins de qualificação técnico-operacional, **pode-se exigir comprovação de experiência mínima** na execução de **serviços continuados semelhantes** ao objeto da contratação em lapso temporal superior ao prazo inicial do contrato, desde que as circunstâncias específicas da prestação do serviço assim o exijam, o que deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada na experiência pretérita do órgão contratante e em estudos prévios à licitação (*Acórdão n. 14951/2018, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, Primeira Câmara, j. 20.11.2018*)

No que concerne a **qualificação econômico-financeira** – subitem b.2.3, do edital, justifica-se sua exigência pela necessidade de se aferir se o futuro contratado tem condições econômicas de executar o objeto licitado. Nesse sentido:

LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. ÍNDICE CONTÁBIL. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. CONTRATO DE ESCOPO. SERVIÇOS CONTÍNUOS.

Para fins de qualificação econômico-financeira de licitante, as exigências de capital circulante líquido de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação e de declaração de patrimônio líquido superior a 1/12 dos contratos firmados são adotadas, como regra, nos certames para prestação de serviços continuados com dedicação de mão de obra exclusiva, devendo ser justificadas no processo administrativo da licitação quando se tratar de serviços de outra natureza, com demonstração das peculiaridades do objeto e, principalmente, do percentual adotado (itens 11.1 e 11.2 do Anexo VII-A da IN-MP 5/2017).

(Acórdão n. 970/2022, Rel. Min. Bruno Dantas, Plenário, j. 04.05.2022)

De forma semelhante, a referida exigência tem como fundamento o previsto pelo item 11.1. da Instrução Normativa n. 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, abaixo transcrita:

Das condições de habilitação econômico-financeira:

(...)

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

(...)

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	24421/2022
Data de Início	21/12/2022
Folha	120
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

No que diz respeito a **exigência de engenheiro mecânico**, justifica-se para efeito de fiscalização do exercício profissional das rotinas de execução dos serviços pertinentes a toda a parte de refrigeração, conforme atribuições previstas pela Resolução n. 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia).

Diante da demanda de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, que deverão sofrer supervisão técnica, inclusive, com a emissão de registro de responsabilidade técnica, conforme regulamentação do conselho da engenharia, evidencia-se a necessidade dessa exigência.

No caso, a recorrente deixou de apresentar os documentos de que possuía em seu quadro profissional habilitado, ainda que não mediante contratação de trabalho ou declaração, não havendo, portanto, qualquer violação a legalidade ou irregularidade, sendo as exigências previstas no edital dispostas de forma clara e autorizadas pela lei.

Em sentido semelhante, cita julgado do E. Tribunal de Contas da União:

A comprovação da qualificação técnico-profissional pode ser feita pela apresentação de contrato de prestação de serviços, ainda que o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 utilize a expressão "quadro permanente da empresa" para se referir à demonstração do vínculo do profissional.

(Acórdão 3097/2015, Rel. Min. José Mucio Monteiro, Primeira Câmara, j. 26.05.2022)

Desse modo, ante o exposto, entende-se que não assiste razão à recorrente, mantendo-se a decisão de desclassificação e, portanto, não provimento do recurso interposto.

Maricá, 10 de janeiro de 2023.

Elaborado por:

De acordo:

Maiara Marins Guimarães

Maiara Marins Guimarães
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Secretaria de Educação
Mat. n. 8036
Maiara Marins Guimarães
Mat.: 8036

Adriana Luiza da Costa

Adriana Luiza da Costa
Secretária de Educação
Mat. n. 106.010